

Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais

Tá na roda: clinical-political interventions in educational spaces

Perla Klautau*

Resumo

Este artigo visa apresentar e discutir a implementação de um projeto de extensão cuja ação principal é a construção de um dispositivo de escuta grupal em curso de pré-vestibular comunitário. A aposta deste projeto é que a escuta psicanalítica pode operar no âmbito coletivo tanto como um instrumento de cuidado quanto como um fazer político: a construção de uma associação livre coletivizada tem o potencial de atingir a dimensão singular e provocar um efeito de subjetivação. Isto permite criar possibilidades para o deslocamento de posições cristalizadas no laço social e, também, para a produção de interações coletivas criadoras de pensamento crítico. **Palavras-chave:** Sofrimentos sociais. Juventude. Grupos operativos. Vulnerabilidade social. Reconhecimento.

Abstract

This article aims to present and discuss the implementation of an extension project focused on establishing a collective listening apparatus, with the participants being students in a Community university entrance exam preparation course. This project's premise is that psychoanalytic listening can operate in the collective realm both as a care instrument and as a political act: the construction of a collectivized free association process has the potential to reach the singular dimension and provoke an effect of subjectivation. This allows for the creation of possibilities for shifting crystallized positions in the social bond and also for the production of collective interactions that generate critical thinking.

Keywords: *Social suffering. Youth. Operative groups. Social vulnerability. Recognition.*

* Psicanalista. Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pklautau@uol.com.br

O ponto de partida para a construção deste projeto foi a escuta de jovens moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro, com idades, aproximadamente, entre 17 e 25 anos, em busca de um futuro profissional¹, futuro marcado pelo processo de retirada das redes de proteção oferecidas pelo Estado em função da adesão, cada vez mais forte, ao discurso neoliberal que propaga a ideia de um Estado mínimo, enfraquecendo a rede pública de educação, cuidado e atenção básica. Um Estado que não fornece garantias ao cidadão, passa a não ocupar o lugar de confiabilidade: enfraquecido, deixa o sujeito sem ancoragens, sem garantias; em outras palavras, sem perspectiva de futuro. Isso faz com que a incerteza, a desestabilização e o viver em condições precárias figurem como marcas cotidianas da realidade dos jovens em questão que, apesar de tais adversidades, continuam enfrentando a cobrança de um bom desempenho e de resultados favoráveis. Movidos pela adesão aos ideais de desempenho e produtividade, os jovens escutados se encontravam à mercê das intempéries do mercado e sem ancoragens de proteção social. Nesse panorama, o que está em cena é fruto de uma lógica paradoxal patenteada pelo modelo neoliberal de obtenção de riqueza: a exigência de conquistas diante da ausência de suportes socialmente disponíveis para que esse processo se dê. Esse paradoxo ultrapassa questões referentes à distribuição de renda, suas repercussões econômico-sociais e incide, diretamente, na esfera subjetiva produzindo sofrimentos psíquicos. Tais sofrimentos, deflagrados pelo desmentido social, descortinam a situação de desamparo produzida pelo Estado.

É possível dizer que, para Ferenczi (1933/2011), o fator traumático (FREUD, 1920/2010) está diretamente relacionado à situação de desamparo, ou seja, à falha do ambiente em se configurar como amparo, força auxiliar, capaz de fornecer suporte e atuar como mediador de experiências que reconheçam, assegurem e legitimem o lugar do sujeito em seu entorno. Quando o Estado falha na função de fornecer redes de proteção, um estado de falta de ajuda é instaurado, deixando à vista a ausência de direitos básicos que garantam o lugar de cidadão, afetando, assim, a sensação de pertencimento e a con-

1. O trabalho de escuta em questão foi realizado no âmbito do projeto *Escutando o Galpão*, realizado no Núcleo Comunitário da Clínica Social do CPRJ, do qual participei durante os anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Em 2015, o dispositivo *Tá na roda* foi concebido em parceria com Claudia Garcia, Fania Izhaki e Lucia Lenz Cezar. Para maiores informações sobre a origem do dispositivo, c.f. (MANO *et al.*, 2018). Atualmente o *Tá na roda* é utilizado pelo grupo de psicanalistas que continua participando do projeto *Escutando o Galpão* e, também, pela equipe de trabalho que compõe o projeto de extensão que será apresentado neste artigo. Cada um vem desenvolvendo e dando contornos específicos ao uso do dispositivo em questão. Para acompanhar as variações c.f. (IZHAKI; MANO; ANDRADE, 2023) e (KLAUTAU *et al.*, 2023).

fiança nas instituições. Sem um laço que sustente o pertencimento, o sujeito dificilmente obtém meios de se inscrever simbolicamente como membro de um grupo (BORDIEU, 1997). Como o reconhecimento por parte do grupo social consiste em uma forma de estabelecimento do status de unidade do eu (HONNETH, 2003), essa ausência compromete o investimento narcísico, reduzindo o arsenal de referências identificatórias. Sem laços de pertencimento, os sujeitos podem ser lançados para fora da política. Somada a isso, a falta de recursos necessários para uma vida digna fabrica estados de incerteza, instabilidade e fragilidade invisibilizados pelo mito da meritocracia que naturaliza as injustiças sociais. Viver em condições precárias, sobreviver diante da incerteza de um futuro ou, até mesmo, ter sua privação como perspectiva, maximiza a condição de desamparo, inerente a todo humano, instaurando a insegurança, a desestabilização e a vulnerabilidade como ingredientes da vida cotidiana.

A tarefa de construir dispositivos de escuta para jovens, muitas vezes impossibilitados de sonhar com um futuro profissional, precisa considerar, inicialmente, o trabalho psíquico em torno de duas situações de desamparo: uma própria da condição adolescente e outra específica da situação de vulnerabilidade social (KLAUTAU; MACEDO; SINISCALCHI, 2021). A chegada sem aviso da puberdade traz consigo uma situação de desamparo que convoca um trabalho de elaboração ou, como muitos dizem, convoca o sujeito a adolecer: despir-se da identidade de criança, ou seja, deixar cair a condição de “sua majestade, o bebê” (FREUD, 1914). Nesse sentido, é possível dizer que o púbere é despertado do sono da latência e se vê possibilitado a realizar o que até então só era passível de acontecer na dimensão da fantasia. Com isso, uma inquietante estranheza é instaurada: o jovem não se reconhece mais a partir do olhar de seus pais. Uma nova roupagem é imposta pelas mudanças corporais e alterações hormonais que transformam a identidade infantil. Tais novidades colocam o jovem diante do trabalho psíquico da adolescência, ou seja, de construir um lugar, intra e intersubjetivo, capaz de abrigar o novo corpo e todas as mudanças subjetivas e sociais atreladas a esta transformação. Esse processo inclui despir-se, deixar cair, ceder, enfim, abrir mão de uma parte de si moldada a partir dos ideais do eu parentais.

Adolecer em situação de vulnerabilidade social exige do sujeito um trabalho psíquico suplementar diante do desamparo estatal. Vale lembrar que, de acordo com Butler (2017), a condição precária não pode ser entendida como uma verdade existencial. Ela é fabricada, produzida. Como já foi dito, estamos diante de uma juventude que sofre também com o processo de retirada das redes de proteção, no sentido de uma falta de garantias para o bási-

co – como estudo, saúde, moradia e possibilidades de ir e vir – que os colocam à mercê, inseridos em um contexto cuja marca fundamental é a incerteza: falta de certeza que está sempre à espreita. A perspectiva de um futuro tão incerto, ou até mesmo a privação de um futuro, leva a pensar em um incremento do desamparo característico da adolescência que geralmente vem acompanhado de angústias visíveis e, também, de angústias invisíveis.

Com o intuito de ofertar um espaço de elaboração para esse momento transitório, marcado pela busca de um futuro profissional, foi feita a aposta de construir dispositivos coletivos de escuta para jovens em um pré-vestibular comunitário. Ao penetrar nos espaços educacionais, o método psicanalítico pode funcionar como uma ferramenta para a escuta, para o reconhecimento e para a legitimação tanto de questões típicas do período da adolescência quanto para dar voz ao desamparo socialmente produzido e banalizado pelo discurso neoliberal e pela atualização de práticas coloniais. Tendo em vista a necessidade de operar na direção contrária à naturalização de tais discursos, a aposta do projeto, que será apresentado a seguir, é que a escuta psicanalítica pode operar no âmbito coletivo tanto como um instrumento de cuidado quanto como um fazer político: a construção de uma associação livre coletivizada tem o potencial de atingir a dimensão singular e provocar um efeito de subjetivação. Tal movimento pode propiciar a produção de interações coletivas fomentadoras de pensamento crítico, dotadas da possibilidade de resultar em práticas sociais emancipadoras capazes de fazer frente ao silenciamento provocado pela naturalização das injustiças sociais, criando, assim, possibilidades para o deslocamento de posições cristalizadas no laço social.

Tá na roda: o funcionamento do dispositivo de escuta grupal

O projeto de extensão “*Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais*” vem sendo desenvolvido, desde 2021, em conjunto com a pesquisa-intervenção “Sofrimentos sociais: questões teóricas e desafios clínicos”, no Instituto de Psicologia da UFRJ, em parceria com os Departamentos de Educação da UFRJ, da UFF, da UNIRIO, com a Associação dos Juízes para a Democracia (AJD) e com o Projeto de Ensino Cultural e Educação Popular (PECEP). Ambos os projetos vêm sendo realizados em duas turmas de um pré-vestibular comunitário, formadas por um total de, aproximadamente, 70 jovens, majoritariamente moradores de uma favela da zona sul da Cidade do Rio de Janeiro. Semanalmente estão sendo realizados dois grupos operativos

gratuitos (PICHON-RIVIÈRE, 1980), com uma hora e vinte minutos de duração, dedicados à escuta e à elaboração de questões que permeiam o processo de preparação para a entrada na universidade.

Para a realização do *tá na roda*, é importante trabalhar o enquadre do grupo e fazer com que os participantes se reconheçam como partes de um todo. Dessa forma, logo no primeiro encontro, após a apresentação da equipe e do projeto de extensão, os jovens são convidados a participar da pesquisa. Para serem informados sobre o tema central da pesquisa, o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) é lido em voz alta. Nesse momento, aproveitamos para deixar claro que a participação na pesquisa é voluntária, que é possível desistir de participar em qualquer momento e que o anonimato dos participantes será mantido em publicações. Aproveitamos essa oportunidade para começar a construir um enquadre para as rodas. Um dos primeiros aspectos explorados é a importância do sigilo: *o que é falado na roda, fica na roda*. Com essa pequena brincadeira, ressaltamos a necessidade de construirmos um espaço de confiança, para que todos possam sentir segurança em falar o que vier à cabeça: sentimentos, medos, angústias, coisas que podem parecer bobas, temas de interesse, assuntos polêmicos, etc. Com isso, o intuito é deixar claro que a roda pode ser usada como um espaço de troca, não havendo julgamento nem, tampouco, certo ou errado. Outros aspectos importantes para o enquadre – com o objetivo de facilitar o trânsito dos mecanismos identificatórios e de instaurar um lugar para a roda – são, respectivamente, o sentar em roda e a manutenção do horário do encontro semanal.

Partindo da premissa de que grupos operativos são estruturados por mecanismos de autorregulação e são colocados em funcionamento por um coordenador munido da tarefa de fazer a palavra circular, o seguinte convite é feito aos participantes: *o que vocês querem colocar na roda hoje?* Esse pontapé inicial, convoca os jovens a coletivizarem algo de si. O objetivo principal desse convite é possibilitar a construção de um processo de associação livre coletivizada, capaz de permitir que cada participante possa tomar a palavra e agir inspirado pelo discurso dos outros, realizando um trânsito de identificações: projetando-se nos outros, os jovens encontraram possibilidades tanto de se identificarem quanto de se diferenciarem. Dessa forma, os mecanismos de identificação e de projeção funcionam como ferramentas de trabalho para instaurar a possibilidade de os participantes escutarem e serem escutados: ao mesmo tempo em que falam de si, falam do outro e, até mesmo, pelo outro.

Para a garantir o funcionamento do dispositivo, outras ferramentas precisavam entrar em cena. Semanalmente, a equipe de trabalho atua revezando duas

funções que são efetuadas dentro e fora das rodas: a tarefa de fazer a palavra circular e o registro de como o exercício de associação livre se configurou – isto é, a escrita de um diário de campo que funciona como uma memória dos encontros. Essas duas funções, divididas pela equipe previamente a cada roda, são nomeadas, de acordo com a metodologia de trabalho proposta por Broide e Broide (2016), respectivamente, como a de coordenadores e a de cronistas². Os coordenadores dedicam atenção ao manejo e à tarefa de propiciar a circulação da palavra, enquanto os cronistas se responsabilizam pela organização de um diário de campo, composto pela narrativa de cada encontro, escrito em forma de crônicas. Não sendo somente relatórios, as crônicas apresentam a observação crítica e as percepções latentes de seus autores.

Durante o nosso primeiro ano de trabalho, foi possível notar que a troca da equipe, composta por coordenadores e cronistas, pouco influiu no movimento de associação livre coletivizada e de circulação da palavra entre os participantes do grupo. Em função de tal percepção, formulamos a hipótese de que a transferência é majoritariamente marcada pela relação desenvolvida com o dispositivo³. Diante disso, ao invés de mantermos sempre a mesma composição do grupo de coordenadores e cronistas, nossa equipe, composta por um total de doze membros, passou a se organizar da seguinte forma: seis integrantes passaram a se ocupar de uma turma e cada roda passou a contar com a presença de três integrantes responsáveis pela mesma turma que, sob a forma de rodízio se alternam e, assim, participam quinzenalmente dos encontros com os pré-vestibulandos. Com o intuito de manter a continuidade entre um encontro e outro, sempre um membro da equipe se repete no rodízio da semana seguinte. Desta forma, a cada semana, a equipe está configurada com diferentes participantes, não havendo, assim, dois subgrupos fixos compostos por três integrantes em cada turma.

O diário de campo funciona como uma bússola para o trabalho a ser realizado. Toda semana nos reunimos para discutir as crônicas. Além de debater-

2. Gostaria de agradecer a Aunna Marques, Beatriz Adler, Bento Alde, Bianca Malta, Catarina Barros, Eduardo Pacheco, Elen Gonçalves, Guilherme Vargas, Hirne Siqueira, Ysys Vieira, Joana Andrade, Julia Mejias, Julia Stockler, Juliana Branco, Laísa Santana, Luiza Mendes, Manuela Fuller, Maria Coutinho, Marília Garcia, Patricia Muzy, Paula Natal e Renata Mello pela parceria na construção e na implementação deste projeto. Todos são ou foram integrantes do *Tá na roda* e se dividiram entre as funções de coordenadores e cronistas, se responsabilizando, semanalmente, pela confecção do diário de campo e pela coordenação das rodas.

3. Beatriz Moraes Adler deu o pontapé inicial para a construção dessa hipótese ao notar que, mesmo com a troca de integrantes das equipes, os alunos continuavam se apropriando do dispositivo para construir um espaço de convivência.

mos sobre os temas que foram colocados na roda, as afetações da equipe e os obstáculos encontrados na tarefa de fazer a palavra circular, na maioria das vezes, travamos uma discussão em torno do que há de latente no conteúdo manifesto produzido pelo grupo a partir do exercício de associação livre coletivizada. O material latente, ao se tornar manifesto, pode operar como uma espécie de ferramenta clínica propícia para estabelecer uma continuidade entre as rodas e, também, para destravar o movimento de resistência e retirar o grupo da pré-tarefa, funcionando, assim, como propulsor do movimento de associação livre coletivizada. Tornar manifesto o que estava latente, também pode produzir um efeito de reconhecimento, de asseguramento de que o conteúdo emergente da dimensão singular se propagou para o coletivo e está saindo do silenciamento, ganhando voz e sendo colocado em palavras. Esse movimento passou a fazer parte do nosso enquadre e a ser chamado, pela nossa equipe, de *amarrado*⁴. Amarrar latente e manifesto, pode atuar, também, como um fator terapêutico, propiciando o reconhecimento de conteúdos que estavam invisibilizados. Dessa maneira, a escuta psicanalítica pode operar no âmbito coletivo tanto como um instrumento de cuidado quanto como um fazer político.

O enquadre estabelecido para o funcionamento das rodas procura instaurar a possibilidade de falar de si, de escutar o outro e de ser escutado. Esta configuração, além de possibilitar o estabelecimento de uma via de elaboração para angústias que permeiam o processo de preparação para a entrada na universidade, propicia aos alunos se reconhecerem como pertencentes a um coletivo. Este tipo de agrupamento tem, como veremos a seguir, uma função essencial no dispositivo aqui apresentado.

Um sobrevoos pelas rodas: a potência do coletivo

A expressão *Tá na roda* tem a intenção de designar o exercício de realizar uma introspecção, uma espécie de breve mergulho em si mesmo e a ação de colocar na superfície algo que poderá ser visto e escutado pelos participantes do gru-

4. Durante as discussões das crônicas, Joana Andrade foi patenteando o *amarrado* como nomenclatura para o movimento de construção de sentido descrito acima. Além de produzir um efeito de reconhecimento para os pré-vestibulandos, é importante ressaltar que o *amarrado* também produz um efeito na equipe de coordenadores e cronistas: um reconhecimento do trabalho que está sendo realizado. Este vai sendo construído no momento em que o fazer clínico vai sendo entrelaçado com conceitos estudados.

po. Em outros termos, indica o movimento de retirar algo de si e colocar na roda, ou seja, coletivizar. Tal deslocamento traça um caminho do eu ao nós. Esse trajeto, além de colocar em prática a associação livre coletivizada, orienta, também, o sentido do trabalho de escuta: quando emerge do singular e se propaga para o coletivo, uma intervenção clínica passa a possuir caráter político. Seguindo essa direção, o *tá na roda* propõe um trabalho de escuta a ser efetuado *no coletivo e através do coletivo*.

A partir da rota traçada, sobrevoaremos algumas rodas com o intuito de apresentar e discutir a potência do coletivo diante do trabalho de escuta realizado com jovens atravessados por situações de desamparo suscitadas pela condição adolescente e pelo processo crescente de retirada das garantias e da manutenção de direitos do cidadão e deveres por parte do Estado. Para começar, a interação de duas participantes merece destaque:

Reparo quando as arrumadas olham pra mim: quando viram a cara, comentam com a outra e, às vezes, até dão risada, reparo o jeito que tô. Marco qual era a roupa, o jeito do cabelo, o batom pra não errar mais.

Ao ser tocada por este testemunho, uma jovem se manifestou: “*Eu não mudo minha aparência nem tenho vergonha por causa do preconceito das mulheres ricas, se não eu vou tá me auto-primando. Já basta viver na sociedade que oprime a gente*”. A fala de uma provoca algum tipo de afetação que inspira um agir na outra. Dito de outro modo, a fala da primeira jovem toca a segunda. Quando esta manifesta para o grupo sua afetação, algum tipo de identificação entre os pares é provocado. Com isso, o que pertencia à esfera singular é coletivizado e, conseqüentemente, passa a pertencer aos outros participantes também. Deste modo, um conteúdo emergente da dimensão singular se propagou para o coletivo: rompeu a esfera do silenciamento individual, ganhou voz e foi colocado em palavras por uma outra participante.

Uma das potencialidades desse movimento, efetuado *no coletivo e através do coletivo*, é a de operar na direção contrária à naturalização de preconceitos e de práticas coloniais, instituída pela lógica estabelecida como dominante. Isto tem como consequência a produção de interações coletivas fomentadoras de pensamento crítico e, também, propicia possibilidades de deslocamentos de posições cristalizadas no laço social. Além disso, o testemunho da primeira jovem denuncia a presença de um tipo de sofrimento cuja raiz extrapola o universo da idiosincrasia individual, revelando como sofrimentos podem ser socialmente produzidos, inscrevendo marcas – oriundas da invalidação, da

depreciação e da desqualificação – que tatuam a negatividade como constitutiva da própria imagem, fazendo com que os sujeitos só alcancem reconhecimento simbólico a partir da condição de inadequação.

Carreteiro (2003) defende a ideia de que sofrimentos de origem social são incrustados nas subjetividades sem serem compartilhados coletivamente. O uso do dispositivo grupal, tal como foi apresentado acima, possibilitou a circulação da palavra e colocou em cena sofrimentos que estavam, até então, silenciados. Com isso, foi possível legendar e dar sentido a práticas coloniais atualizadas e naturalizadas pela lógica neoliberal que sustenta o discurso dominante. Neste momento torna-se importante ressaltar que o discurso em questão, ao ser reproduzido, vai inserindo preconceitos, injustiças e desigualdades dentro do plano da vida como ela é (KLAUTAU *et al.*, 2023). *Se a vida é assim, fazer o quê?* É importante notar que uma pergunta como essa não comporta em si, necessariamente, ausência de sofrimento; pelo contrário: contém o silenciamento de uma dor da qual não se dá queixa. O silenciamento dos sofrimentos socialmente fabricados tem a negação da dor como defesa psíquica para tolerar o intolerável (DEJOURS, 2000). Muitas vezes a vergonha serve como suporte para essa negação, individualizando e amordaçando a dor na esfera singular, produzindo, de acordo com Dejours (2000), uma espécie de *normalidade sofrente*.

Uma *normalidade que se mantém normal sofrendo silenciosamente*, ao mesmo tempo em que fica restrita à esfera singular, denuncia também os efeitos subjetivos da lógica paradoxal disseminada pelo discurso neoliberal: a exigência de conquistas diante da ausência de suportes socialmente disponíveis para que esse processo se dê. De acordo com Dejours (2000), o que sustenta essa lógica é a dissociação entre adversidade e injustiça promovida pelo mito da meritocracia que atribui a adversidade à causalidade do destino, não vendo responsabilidade nem injustiça na origem da adversidade. A aderência a esse discurso produz indiferença com o que provoca sofrimento e, conseqüentemente, o silenciamento do próprio sofrimento. O corolário disso, é a naturalização da lógica que veicula a adversidade à causalidade do destino, retirando a injustiça da origem da adversidade. Para ilustrar o que acabou de ser descrito, torna-se oportuno fazer uso de um fragmento retirado de umas das crônicas produzidas pela nossa equipe de trabalho:

Bia foi quem puxou o assunto, dizendo, descontraída, que ia contar a história triste de Dudu. Começou, então, a narrar a rotina do colega, à qual ia também acrescentando comentários trágicos e engraçados. A roda, então, ficou sabendo que Dudu

acorda às 6h, trabalha até às 18h e depois segue para o PECEP. Bia brincou que nem para almoçar ele deveria ter tempo e Dudu concordou. Auanna disse, também, em tom divertido que “se der pra almoçar, tá bom demais”, acrescentando que tem três empregos e descrevendo-os. A turma bateu palmas para Auanna, todos com rostos admirados e, ao mesmo tempo, risonhos.

É importante notar que o compartilhamento de rotinas exaustivas não suscitou ponderações, nem questionamentos e tampouco revolta diante das dificuldades encontradas para enfrentar, diariamente, a sobrecarga de tarefas impostas pela necessidade de conciliar trabalho e estudos. O que chama atenção é que nenhum dos alunos denunciou o quanto é injusto manter uma rotina de exploração incessante. A atmosfera descontraída, permeada por risadas e aplausos ilustra uma espécie de regra velada, propagada pelo uso das redes sociais, de dar ênfase ao positivo e descartar o que não é bom. Seguindo a lógica que sustenta essa regra, exteriorizar a injustiça não se configura como uma possibilidade, já que esta é sentida como fruto de ação própria, de modo que o sujeito suporta a contrariedade e se resigna diante da sua suposta inadequação, como se, por não ser suficientemente bom, merecesse o sofrimento (BRANCO; KLAUTAU, 2022). Diante desse cenário, como pode ser observado a seguir, uma espécie de luta contra si mesmo é travada:

Dudu retomou a palavra, querendo contar mais sobre sua história. Descreveu com bastantes detalhes que roubaram seu celular neste fim de semana, mas que conseguiu recuperar depois, que estava quebrado e que agora está sem celular. Disse que agora quer comprar um notebook, mas que seu cartão foi recusado na loja porque faltou apenas 15 reais no limite (sic). Conta isso tudo mantendo o tom genuinamente descontraído e arrancando muitas risadas da turma. Em certo momento, durante a narrativa de Dudu, um dos alunos disse: “Somos todos Dudu”, muitos riram e concordaram, reafirmando a frase.

O trecho acima ilustra como, ao mesmo tempo, uma situação de insuficiência pode ser naturalizada como impotência pessoal e, também, como pode ser catalisadora de identificações, provocando um efeito de reconhecimento. Afirmar e repetir, aos risos, “*somos todos Dudu*”, coloca em ato a emergência de um sentimento de unidade, característico da formação de um coletivo. Além disso, torna visível, tal como diz o ditado, uma espécie de defesa usada pelos jovens para tolerar o intolerável: *rir para não chorar*. Desse modo, os

membros do coletivo encontram suporte entre si, colocando em ação o que foi descrito como *normalidade sofrente* (DEJOURS, 2000).

Vale ressaltar que o uso coletivo de defesas erigidas para fazer frente à dor silenciada reproduzem a dissociação entre adversidade e injustiça. É desse modo que as desigualdades e os preconceitos – fabricados para sustentar a reprodução das injustiças sociais – vão sendo naturalizados: resignados, os sujeitos não se queixam, não compartilham seus sofrimentos e, logo, não se mobilizam coletivamente.

A narrativa de uma jovem, diante do testemunho de alguns colegas a respeito de diferentes tipos de racismos sofridos, nos permite notar como preconceitos, fabricados para sustentar a reprodução das injustiças sociais, vão sendo naturalizados. Mesmo após escutar seus colegas, Marília acreditava não ter sofrido racismo na escola:

Joana conta que gostava de sua aparência, mas após ser chamada de beijuda na escola, passou a se incomodar com seus lábios, tendo vontade de arrancar e jogar fora. Marília diz não se lembrar de ter sofrido racismo na escola, pois ninguém nunca a chamou de macaca ou algo do tipo. Conta de uma vez que a chamaram de rato preto e ela deu um soco no menino.

Com o passar da roda, é possível observar Marília se apropriando do testemunho de seus colegas:

Marília compartilha seu processo de transição capilar e revela como aprendeu com sua mãe a considerar seu cabelo ruim, alisando desde os 9 anos. Diz que o alisamento chegava a ferir seu couro cabeludo e, posteriormente, entendeu que estava tentando fazer parte de algo que não lhe pertencia. Ainda assim, teve dificuldade de bancar sua transição em casa, pois os ideais de beleza da mãe continuavam sendo o cabelo liso. Renata comenta sobre a capacidade de alguns comentários marcarem a forma como eles se percebem. Conta que tinha um cabelo cacheado até que ouviu um menino dizer que ela era até bonitinha, mas o cabelo era horrível. Desde então ela alisa o cabelo. Depois de escutar mais alguns relatos sobre transição capilar e a incidência do racismo na pressão estética, Marília se lembra de alguns episódios, dentre eles a vez em que colocaram vários lápis em seu cabelo sem que ela percebesse.

Este trecho deixa clara a potência do coletivo: ao se identificar com seus colegas, foi possível desnaturalizar e nomear como racismo algumas brinca-

deiras infantis. Tal movimento nos permite entender como o exercício de associação livre coletivizada tem o potencial de atingir a dimensão singular e provocar um efeito de subjetivação: ao ser afetada pelo testemunho dos outros participantes, a jovem pôde reconhecer o racismo, travestido de brincadeira, exercido pelos seus colegas de escola. A partir de então, começou a querer escutar mais o que seus pares tinham a dizer sobre esse tema. Perto do final da roda “*Marília disse que também queria ouvir de dois meninos pretos como esse processo tinha sido para eles e elogia o cabelo de ambos*”.

Após realizarmos um sobrevoo pelas rodas, podemos afirmar que o intercâmbio de identificações e projeções engendra um trabalho coletivo de elaboração de sofrimentos socialmente produzidos: quando os mecanismos de defesa cristalizados vão sendo desnaturalizados, sofrimentos que se encontravam silenciados e mantidos na esfera individual, sem ser compartilhados, podem sair da invisibilidade, ser reconhecidos e, portanto, nomeados. Tal movimento, desencadeado *no coletivo e através do coletivo*, possibilita tanto o deslocamento de posições fixadas no laço social quanto a produção de interações coletivas criadoras de pensamento crítico. É desta forma que a circulação da palavra, dotada de efeitos clínicos passa a possuir, também, efeitos políticos (ROSA, 2013).

Tramitação

Recebido 05/09/2023

Aprovado 14/09/2023

Referências

BORDIEU, P. *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANCO, J. R. C.; KLAUTAU, P. Mais do que o pão nosso de cada dia: por rosas e pelo direito de sonhar. In: ALVARANGA, A. *et al. Trabalho além da barbárie*. Campinas: Lacier, 2022.

BROIDE, J.; BROIDE, E. E. *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2016.

BUTLER, J. (2009). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

- DEJOURS, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- FERENCZI, S. (1933). *Confusão de língua entre adultos e criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras completas de Sándor Ferenczi, 4).
- FREUD, S. (1920). *Além do princípio do prazer. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Tradução de Paulo Cesar Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 14).
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KLAUTAU; MACEDO; SINISCALCHI. Juventude e desamparo: relato de uma pesquisa intervenção. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, e109164, 2021.
- KLAUTAU, P. et al. *O trabalho de escuta dos sofrimentos sociais: considerações sobre a construção de um dispositivo grupal virtual*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social*. 5. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1980.
- ROSA, M. D. Psicanálise implicada vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41, p. 29-40, 2013.